

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.1 Demonstrações financeiras consolidadas: Conciliações entre as práticas contábeis adotadas anteriormente e a atual: a) Conciliação do balanço patrimonial

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)					
Em 01/01/2009		BR GAAP anterior		BR GAAP atual	
Item	Ajustes				
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes					
de caixa	(iv)	190.226	(24.617)	165.809	1.155.421
Caixa restrito		18.196	-	16.196	15.640
Aplicações financeiras	(iv)	168.704	24.618	193.322	16.441
Contas a receber		344.947	-	344.927	519.308
Estoque	(ii)	194.015	(5.851)	188.164	(5.851)
Impostos a recuperar		82.666	-	82.666	54.969
Despesas antecipadas	(iv)	115.512	-	115.512	93.101
Depósitos		133.451	-	133.451	40.877
Outros créditos e valores	(iv)	49.436	2.970	52.406	2.946
		1.295.353	(2.880)	1.292.453	(2.905)
Não circulante					
Depósitos	(iv)	473.118	19.794	492.912	26.785
Caixa restrito		6.589	-	6.589	7.264
Aplicações Financeiras	(iii)	493.433	109.300	602.733	109.300
Outros créditos e valores	(iv)	84.130	-	84.130	62.683
		1.073.250	129.094	1.202.344	82.683
Total do ativo					
		4.149.532	400.111	4.549.643	32.115
		5.444.885	397.211	5.842.096	7.535.861
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos		248.332	-	248.332	332.932
Fornecedores		280.019	-	280.019	357.948
Obrigações trabalhistas		146.805	-	146.805	233.162
Obrigações fiscais		37.364	-	37.364	43.229
Impostos diferidos	(iii)	199.519	220.943	420.462	221.271
Contas a pagar com empresas relacionadas	(i)	1.146.224	-	1.146.224	199.608
Programa de milhagem	(i)	-	262.626	262.626	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-	64.087
Obrigações fiscais	(iv)	41.055	-	41.055	78.959
Outras obrigações	(iv)	69.851	8.251	78.102	68.884
		1.635.167	79.895	1.715.062	1.878.533
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos		1.556.339	-	1.556.339	1.871.095
Impostos diferidos	(iii)	199.519	220.943	420.462	221.271
Provisões	(i)	52.529	104.781	157.310	26.785
Contas a pagar com empresas relacionadas	(i)	1.146.224	-	1.146.224	199.608
Programa de milhagem	(i)	-	262.626	262.626	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-	64.087
Obrigações fiscais	(iv)	41.055	-	41.055	78.959
Outras obrigações	(iv)	114.129	(8.249)	105.880	85.762
		3.109.795	580.101	3.689.896	2.690.566
Patrimônio líquido					
Capital social		1.077.340	-	1.077.340	2.294.192
Custo de emissões		-	(113.328)	-	(113.328)
Reservas de capital		1.114.159	-	1.114.159	1.114.159
Ajustes de avaliação		(35.507)	-	(35.507)	1.952
Prejuízos acumulados	(i,456.069)	(1.456.069)	1.605.526	(762.751)	(117.091)
Total do patrimônio líquido					
		699.923	(262.785)	437.138	2.647.552
Total do passivo e patrimônio líquido					
		5.444.885	397.211	5.842.096	7.535.861

b) Conciliação do patrimônio líquido consolidado

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Programa de milhagem (i)	2.647.552	699.923	
Efeitos da aquisição de empresas (ii)	3.034	(29.663)	
Impostos diferidos (iii)	(346.306)	(346.306)	
	112.853	113.184	
Total			
	2.417.133	437.138	

Notas às reconciliações: i) *Programa de milhagem:* A VRG opera um programa de milhagem, o Smiles ("Programa de Milhagem") que proporciona viagens e outros prêmios a membros baseados nas milhas por eles acumuladas. A parcela de receita relativa às milhas é diferida, a fim de que o seu reconhecimento no resultado seja somente no momento da utilização das milhas e quando o serviço é prestado. A receita diferida é registrada ao valor justo com base em uma estimativa do valor médio do preço de venda de todas as milhas que foram diferidas. Enquanto que, nas demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, as obrigações eram reconhecidas com base no custo incremental que consistia no custo adicional da prestação de serviços. Os impactos contábeis deste ajuste no patrimônio líquido em 31 de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram de R\$ (29.663) e R\$5.034, respectivamente e de R\$32.366 no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. ii) *Diferença na contabilização de aquisições de empresas:* De acordo com o CPC 15, a alocação do preço de compra da VRG foi efetuada com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos líquidos, incluindo os passivos contingentes, sendo o excedente do valor de compra registrado como ação por expectativa de rentabilidade futura da operação. Nas demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil, o exágio era calculado com base no valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. Em conexão com a adoção dos novos pronunciamentos em vigor em 2010, o ágio foi calculado com base nos valores justos dos ativos e passivos e a Companhia alocou parte do ágio aos ativos intangíveis para melhor refletir a essência econômica da transação. iii) *Impostos diferidos:* Correspondem às diferenças relativas de créditos contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Os impactos deste ajuste no patrimônio líquido de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram de R\$113.184 e R\$112.853, respectivamente e no resultado findo de R\$ (331) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. iv) *Reclassificações entre linhas do Balanço Patrimonial* para equalização das diferenças da alocação de alguns rubricas entre BRGAAP anterior e BR GAAP atual.

c) Conciliação da demonstração do resultado:

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)					
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual			
Receita líquida					
Transporte de passageiros	(i)	5.306.530	-	5.306.530	
Transporte de cargas e outras	(i)	685.977	32.875	718.852	
		5.992.507	32.875	6.025.382	
Custo dos serviços prestados		(4.687.001)	(10.611)	(4.697.612)	
Lucro bruto		1.305.506	22.264	1.327.770	
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas comerciais		(474.792)	-	(474.792)	
Despesas administrativas		(440.926)	10.433	(430.493)	
		(915.718)	10.433	(905.285)	
Lucro operacional		389.788	32.697	422.485	
Resultado financeiro, líquido		169.135	-	169.135	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		558.923	32.697	591.620	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(iii)	134.395	(331)	134.064	
Lucro líquido do exercício		693.318	32.366	725.684	
Total					
	1.635.916	1.095.699	20.613		

Em 31 de dezembro de 2010, os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a títulos privados, títulos públicos e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 95,0% e 104,0% da Certificação de Depósito Interbancário (CDI). Desde o primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a aplicar também seus recursos em fundos abertos e não somente em fundos exclusivos como anteriormente. Os fundos de investimentos referem-se a aplicações em cotas de fundos de renda fixa e fundos DI de bancos de primeira linha. A composição do saldo de equivalentes de caixa demonstrada a seguir:

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Títulos privados	1.176	14.780	
Fundos de investimento	2.816	-	127.768
Outros	-	1.661	65.554
Total ativos financeiros disponíveis para venda	3.992	16.441	193.322

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são compostos basicamente por fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) e certificados de depósitos no exterior (*time deposits*). Essas aplicações financeiras possuem um prazo médio de vencimento de 83 dias e são remuneradas, respectivamente, a taxa média de 108,5% do CDI ao ano e 11,0% ao ano.

Aplicações financeiras de longo prazo

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Bônus Perpétuo	34.990	36.565	49.076
Bônus Sênior	24.993	26.118	35.054
Total ativos financeiros disponíveis para venda	59.983	62.683	84.130

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda na linha de não circulante são aquisições de bônus perpétuos e bônus sênior emitidas pela Gol Finance. Essas aplicações financeiras são remuneradas a taxa média de 8,2% ao ano.

6. Contas a receber

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Moeda nacional	90.612	341.784	95.097
Administradoras de cartões de crédito	149.393	123.884	116.270
Agências de viagens	48.564	57.491	92.913
Vendas parceladas	20.582	14.220	15.505
Agências de cargas	16.608	9.287	12.479
Companhias aéreas parceiras	27.491	13.874	36.244
Outros	353.250	560.540	368.508
	1.635.916	1.095.699	20.613

Moeda estrangeira

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Administradoras de cartões de crédito	5.855	4.273	5.749
Agências de viagens	3.935	6.349	13.940
Agências de cargas	141	545	1.428
Outros	9.931	11.167	21.117
Total	363.181	571.707	389.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.127)	(52.399)	(44.698)
	303.054	519.308	344.927

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Saldo no início do exercício	(52.399)	(44.698)	(36.369)
Adições	(27.689)	(41.366)	(15.864)
Montantes incorríveis	5.623	17.972	-
Recuperações	14.338	15.693	7.535
Saldo no final do exercício	(60.127)	(52.399)	(44.698)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
A vencer	270.286	498.684	327.722
Vencidas até 30 dias	19.091	10.172	13.103
Vencidas de 31 a 60 dias	4.128	4.870	3.555
Vencidas de 61 a 90 dias	5.533	2.350	4.455
Vencidas de 91 a 180 dias	8.041	14.592	13.011
Vencidas de 181 a 360 dias	7.052	9.492	8.194
Vencidas acima de 360 dias	49.550	31.547	19.585
	363.181	571.707	389.625

O período médio de recebimento nas vendas parceladas é de sete meses e são cobrados juros mensais de 5,99% sobre o saldo a receber, que são contabilizados no resultado financeiro no momento do recebimento. O período médio de recebimento das demais contas a receber é de 45 dias. Em 31 de dezembro de 2010, o montante a receber de agências de viagem no valor de R\$24.300 (R\$67.691 e R\$18.070 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) estão vinculadas a garantias de contratos de empréstimos.

7. Estoques

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Materiais de consumo	16.702	11.040	9.318
Peças e materiais de manutenção	117.740	98.744	108.408
Adiantamentos a fornecedores	43.725	25.086	65.230
Importações em andamento	7.946	5.942	4.105
Outros	17.004	(8.602)	(4.275)
Provisão para obsolescência	170.990	137.959	188.164

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Saldo no início do exercício	(8.602)	(4.275)	(12.013)
Adições	(44.426)	(4.327)	(6.473)
Baixas	36.024	-	16.211
Saldo no final do exercício	(17.004)	(8.602)	(4.275)

8. Impostos diferidos e a recuperar

Imposto a recuperar:

Ativo circulante

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
ICMS (1)	7.039	4.711	4.184
Antecipações de IRPJ e CSLL (2)	2.999	7.198	18.673
IRRF (3)	6.041	1.539	24.195
Retenção de impostos de órgãos públicos	17.334	18.047	17.963
Imposto de valor agregado recuperável - IVA (4)	3.512	12.465	15.938
Imposto de renda sobre importações	15.128	18.119	-
Outros	689	284	2.453
Total dos impostos a recuperar	53.242	54.969	82.666

Impostos diferidos:

Ativo não circulante

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Prejuízos fiscais	324.889	340.097	272.027
Base negativa de contribuição social	116.960	122.434	37.365
Diferenças temporárias:			
Programa de milhagem	70.603	109.300	119.907
Provisão para ativos de liquidação duvidosa	190.664	187.558	130.656
Provisão para processos judiciais	44.556	60.419	-
Outros	11.318	12.465	34.889
Total do imposto diferido ativo não circulante	796.826	857.028	602.733

Passivo não circulante

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Imposto de renda e contribuição social	21.457	21.457	21.457
Depósitos de voto	190.686	190.686	190.686
Depósitos de manutenção	155.266	151.820	133.276
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	115.098	83.427	64.564
Estorno da amortização do ágio	51.064	25.532	-
Operações de leasing de aeronaves	94.950	69.893	-
Outros	13.664	19.462	10.479
Total do imposto diferido passivo não circulante	642.185	562.277	420.462

(1) ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços. (2) IRPJ: imposto de renda brasileiro, federal, cobrado sobre o lucro líquido tributável. CSLL: contribuição social sobre o lucro líquido tributável, criado para financiar programas e fundos sociais. (3) IRRF: retenção do imposto de renda aplicável em determinadas operações domésticas, tais como pagamento de taxas para o prestador de serviço, pagamento de salários e rendimentos financeiros resultantes de investimentos bancários. (4) IVA: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços no exterior.

A Companhia tem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

VRG			
Em 31 de dezembro de 2010, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, tecnicamente elaboradas e suportadas nos planos de negócio e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos reconhecidos. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação da alíquota fiscal estatutária combinada com os valores refletidos no resultado, está demonstrada a seguir:			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
	31/12/10	01/01/09	
	475.341	591.620	
Imposto de renda e contribuição social	(161.616)	(201.151)	
Lucro líquido			
	313.725	390.469	

9. Despesas antecipadas

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	BR GAAP atual	
Pagamentos de prêmios de hedge	22.824	1.193	-
Despesas com rendimentos de investimentos	35.382	35.453	45.596
Pré-pagamentos de seguros	27.221	36.951	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PIS e COFINS: Com o início da sistematização da não-cumulatividade na apuração do PIS (Lei nº 10.637/2002) e do COFINS (Lei nº 10.833/03), a Companhia passou a aplicar as referidas regras, bem como questionar, junto ao Poder Judiciário, a aplicação da alíquota para cálculo destas contribuições. A provisão registrada no balanço em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$83.857 (R\$63.971 em 31 de dezembro de 2009 e R\$50.756 em 31 de dezembro de 2009) inclui a parcela não recolhida, atualizada monetariamente pela taxa SELIC. Em 01 de janeiro de 2009, o balanço em 31 de dezembro de 2008, a taxa SELIC, o balanço em 31 de dezembro de 2009 para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS): Em 30 de novembro de 2009, a Companhia protocolou sua adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS), conforme previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, incluindo todos os seus débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com vencimentos até 30 de novembro de 2008. A Administração optou pelo pagamento do débito no montante R\$35.012 para a Companhia em 180 parcelas. Essa modalidade de pagamento oferece reduções de 60% (sessenta por cento) dos valores relativos a multa de ofício e de mora, 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e 20% (vinte por cento) de multas isoladas, bem como o valor do débito para R\$27.904, o valor do crédito tributário está prevista em 01 de maio de junho de 2011, conforme Portaria Conjunta PGFN/RRF nº 2/2011, e quando de tal consolidação a Companhia utilizará parte de seus créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para liquidação dos valores relativos a juros e multas no montante de R\$9.032.

	Provisão para seguros	Devolução de aeronaves	Contratos onerosos	Processos judiciais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009.....	138.736	102.615	8.250	72.233	321.924
Provisões adicionais reconhecidas.....	-	12.133	2.080	13.000	28.193
Provisões realizadas.....	(96.104)	(95.936)	-	(13.469)	(205.509)
Reversão por processos ganhos.....	-	-	-	(1.515)	(1.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2009.....	42.632	19.792	10.330	70.339	143.093
Provisões adicionais reconhecidas.....	70.373	37.733	-	18.842	126.947
Provisões realizadas.....	(81.935)	(24.237)	(445)	(18.545)	(125.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	31.070	33.288	9.885	70.636	144.878

Em 31 de dezembro de 2010

Circulante..... 31.070 21.228 3.669 - 55.967

Não circulante..... - 32.060 6.216 70.636 88.911

31.070 33.288 9.885 70.636 144.878

Provisão para seguros: A Administração mantém cobertura de seguros de aeronaves por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, observando os limites fixados nos contratos de arrendamento, com base nos dispositivos exigidos da Lei nº. 10.744/03. Em 2009 o saldo também inclui provisões relacionadas ao acidente da aeronave da Gol do voo 1907 em 29 de setembro de 2008 e saldos a pagar de seguros de aeronaves. **Devolução de aeronaves:** O custo de devoluções inclui provisões para os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional. **Contratos onerosos:** Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantém uma provisão de R\$9.885 sendo R\$3.669 classificada no passivo circulante e R\$6.216 no passivo não circulante (R\$10.330 em 31 de dezembro de 2009 e R\$8.250 em 01 de janeiro de 2009) referente às perdas com contratos de arrendamentos mercantis operacionais de duas aeronaves modelo Boeing 767-300 que se encontram fora de operação e estão mantidas sob arrendamento operacional. A provisão corresponde ao valor líquido entre o valor presente das parcelas dos respectivos arrendamentos e a receita esperada pela utilização dessas aeronaves na operação ou A opção de subarrendamento quando aplicável. As premissas utilizadas são estimativas e a liquidação dessas transações poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados pela Companhia. Os prazos desses contratos de arrendamento variam entre 2 e 4 anos. **Processos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas sucursais são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos, na totalidade de 15.947 conforme a seguinte distribuição: 8.756 processos cíveis judiciais, 1.379 procedimentos cíveis administrativos e 5.747 processos judiciais trabalhistas, sendo 65 trabalhistas administrativos. As ações de natureza cível são relacionadas principalmente à ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos de voos, cancelamentos de voos, extravios de bagagens e danos a bagagens. As ações de natureza cível são relacionadas em discussões relacionadas a horas extras, adicionais, indenizações, periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais. Os processos judiciais são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.). Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue a seguinte distribuição:

	Operação	Sucessão	Total
Cíveis judiciais.....	8.087	669	8.756
Cíveis administrativos.....	1.347	32	1.379
Trabalhistas judiciais.....	1.391	4.356	5.747
Trabalhistas administrativos.....	63	2	65
Total.....	10.888	5.059	15.947

Os saldos das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão em valores da seguinte distribuição:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Cíveis.....	29.786	35.524	21.898
Trabalhistas.....	40.850	34.815	51.425
Total.....	70.636	70.339	73.323

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para causas cíveis e trabalhistas. Existem outros processos avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2010, de R\$10.681 para as ações cíveis e R\$7.530 para as ações trabalhistas (R\$54.823 e R\$1.731 em 31 de dezembro de 2009, e R\$20.898 e R\$51.425 em 01 de janeiro de 2009, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída. A Companhia é parte em quatro ações trabalhistas na França decorrentes de dívidas da antiga Varig S.A. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia obteve sentença favorável (decisão de primeira instância) na importação das aeronaves envolvidas nas discussões, não provisionada, e de aproximadamente R\$4.676 (correspondendo a 2,1 milhões) em 31 de dezembro de 2010. A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações dos aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia essas operações constituiriam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A Administração entende que a ausência da caracterização de circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS. O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$17,3 em 31 de dezembro de 2010 (R\$210,24 em 31 de dezembro de 2009 e R\$201,760 em 01 de janeiro de 2009) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios. A Administração, com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparada em ações de mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no seguimento da tese de 2007, entende que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para as referidas valores. Embora o resultado dessas ações e processos não possa ser previsto, na opinião da Administração amparada por consultas aos seus assessores jurídicos externos, o julgamento final dessas ações não terá um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia.

21. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Custos dos serviços prestados.....	1.027.661	84.908	113.460
Despesas comerciais.....	-	-	2.226.029
Despesas administrativas.....	-	-	5.585.645
Com pessoal.....	2.287.410	37%	1.813.104
Arrendamento de aeronaves.....	255.645	9%	650.683
Material de manutenção e reparo.....	422.950	7%	417.212
Prestação de serviços.....	215.574	7%	373.585
Comerciais e publicidade.....	367.757	6%	364.351
Tarifas de pouso e decolagem.....	331.883	5%	312.637
Depreciação.....	259.052	1.763	281.515
Outras despesas.....	736.799	6%	442.354
5.376.884	602.850	263.908	6.243.642

22. Receita de vendas: a) A receita líquida de vendas para o período possui a seguinte composição:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Transporte de Passageiros.....	6.500.784	5.743.425	5.743.425
Transportes de cargas e outras.....	802.632	754.504	754.504
Receita bruta.....	7.303.416	6.297.929	6.297.929
Impostos incidentes.....	(323.969)	(272.547)	(272.547)
Receita líquida.....	6.979.447	6.025.382	6.025.382

As receitas são líquidas de certos impostos, incluindo impostos estaduais e outros impostos federais e estaduais que são recolhidos dos clientes e transferidos para as entidades governamentais apropriadas. b) As receitas por segmento geográfico são como segue:

	31/12/10	%	31/12/09	%
Doméstico.....	6.548.069	93,8%	5.661.101	94,0%
Internacional.....	431.378	6,2%	364.281	6,0%
Receita líquida.....	6.979.447	100,0%	6.025.382	100,0%

23. Compromissos: A Companhia possui contrato com a Boeing para aquisição de aeronaves. Em 31 de dezembro de 2010 existem 10 pedidos firmes, 10 direitos de compra e 40 opções de compra concedidas em caráter não oneroso. O valor aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$16.427.825 (correspondendo a US\$89.455). Os compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui 19 contratos de compra de aeronaves, com prazo de entrega de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2010 esses adiantamentos representam compromissos no montante de R\$1.943.879. A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Ex-Im Bank dos Estados Unidos ("Exim") corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agências financeiras as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%. A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor. Apresentamos a seguir um resumo dos pagamentos relativos aos compromissos com aquisições de aeronaves para os próximos anos contados a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano:

	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
Adiantamentos para aquisição de aeronaves.....	191.170	401.956	478.754	444.057	360.904	67.038	1.943.879
Compromissos de compra de aeronaves.....	882.928	386.033	2.107.445	3.380.662	2.944.649	6.726.108	16.427.825
Total.....	1.074.098	787.989	2.586.199	3.824.719	3.305.553	6.793.146	18.371.704

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, a frota total era composta de 125 aeronaves, dentre as quais 86 eram arrendamentos mercantis operacionais e 39 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 33 aeronaves financeiras que possuem opção de compra. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia recebeu 6 aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil financeiro, houve devolução de 5 aeronaves 737-800, 3 aeronaves 737-300 e existem 4 aeronaves 737-300 que estão em processo de devolução. Arrendamentos mercantis operacionais: Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacional não canceláveis estão denominados em dólares norte-americanos e em 31 de dezembro de 2010 essas obrigações estão demonstradas como segue:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2009.....	-	-	673.520
2010.....	-	515.936	592.014
2011.....	222.891	489.655	574.701
2012.....	224.343	466.315	532.256
2013.....	225.841	402.497	449.289
2014.....	226.791	245.792	247.954
2015.....	222.891	19.582	170.706
Após 2015.....	934.366	243.794	108.746
Total de pagamentos mínimos de arrendamento.....	2.105.720	2.498.571	3.285.186

24. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que parte desses instrumentos financeiros são instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados com a finalidade de proteção (*hedge*) dos riscos inerentes à operação. A Companhia considera como riscos mais relevantes o preço de combustível, a taxa de câmbio e a taxa de juros, bem como o risco de crédito associado a suas operações. Estes riscos são mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Constantino de Oliveira Júnior
Presidente do Conselho de Administração
Henrique Constantino
Vice-Presidente do Conselho de Administração

petróleo, dólar e juros. A gestão dos instrumentos financeiros feita pela administração tem uma diretriz formal, em consonância com a Política de Gestão de Riscos, determinada periodicamente pelo Comitê de Políticas Financeiras e de Riscos e submetida ao Conselho de Administração. O Comitê estabelece as diretrizes e limites, e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de cobrar a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros. Os resultados auferidos destas operações são aplicados sob controles para o gerenciamento dos riscos decorrentes da operação. O Comitê tem sido satisfatório aos objetivos propostos. Os valores justos de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas sucursais são determinados por meio de informações disponíveis no mercado e conforme metodologias de avaliação. A maioria dos instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção contra os riscos de combustíveis e de taxa de câmbio possuem cenários com baixa probabilidade de ocorrência e, portanto, têm custos mais baixos em comparação com outros instrumentos cuja probabilidade de ocorrência é maior. Por consequência, apesar da alta correlação entre o objeto protegido e os instrumentos financeiros derivativos contratados, uma significativa parte das operações apresenta resultados inefetivos no momento de sua liquidação, as quais estão apresentadas de forma detalhada no item 23. Os resultados dos saldos decorrentes das operações de hedge de combustíveis e de instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado	Mensurados ao custo amortizado (a)	Mensurados a valor justo mas não por meio do resultado (b)
31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa.....	1.726.422	1.155.421	-
Aplicações financeiras.....	-	-	63.975
Caixa restrito.....	34.500	22.904	79.124
Perdas em operações com derivativos.....	3.600	24.113	-
Risco de combustível, a Companhia contrata derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e outros créditos.....	-	-	303.054
Passivos			
Empréstimos e financiamentos.....	-	2.574.702	2.204.027
Fornecedores.....	-	213.582	357.348

(a) Em razão do curto prazo entre a data de emissão e o vencimento dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que seus valores justos se aproximam dos valores contábeis. (b) Ativos financeiros disponíveis para venda. **Riscos:** As atividades operacionais expõem a Companhia aos seguintes riscos financeiros: de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros e risco do preço do combustível), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia estabelece a seguinte política de aplicação de controles para o gerenciamento dos riscos decorrentes da operação. As decisões da Companhia sobre a parcela de suas exposições a ser protegida contra risco financeiro, tanto para consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção. A Companhia geralmente não contrata instrumentos de proteção para a totalidade de sua exposição, estando portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A parcela da exposição a ser protegida é determinada e revista trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas no Comitê de Políticas de Riscos. As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir: a) **Risco do preço de combustível:** Em 31 de dezembro de 2010 os gastos com combustível representaram 42,5% dos custos. O preço do combustível de aeronave varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com variações no preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar o risco de consumo de combustível, a Companhia contrata derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e, eventualmente, aos seus derivados. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia utilizava apenas contratos de opções. As operações que envolvem *Hedge* de combustível são contratadas através de bancos classificados com baixo risco (*ratings* S&P e Fitch em média A+) ou realizados na bolsa NYMEX, e são registradas na CETIP conforme determina a resolução CDB/320/2010 do Conselho Monetário Nacional. b) **Risco de taxa de câmbio:** O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A exposição dos itens patrimoniais da Companhia ao risco de moeda estrangeira decorre principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira conforme detalhado na tabela abaixo. As receitas da Companhia são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares, Pesos argentinos, Florim de Aruba, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Paraguai guarani, Pesos uruguaios, Bolivianos de Venezuela entre outros. Para mitigar o risco de taxa de câmbio a Companhia contrata os seguintes instrumentos financeiros derivativos de moeda: futuros e opções de dólar norte americano executados na bolsa BM&F-BOVESPA. Essas operações podem ser realizadas através de fundos de investimento exclusivos, conforme descrito na Política de Gestão de Riscos da Companhia. A partir de julho de 2010, a Companhia realizou novas contratações de instrumentos derivativos com vencimentos de 90 dias, estes instrumentos foram realizados como proteção de contratos de arrendamentos financeiros em dólar, registrados no passivo. Para esta proteção a Companhia designou os contratos de derivativos como "*hedge* de valor justo". A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está demonstrada a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	95.757	95.499
Depósitos de garantia de contratos de arrendamento.....	123.625	288.437
Despesas antecipadas de arrendamentos.....	-	35.453
Outros.....	-	59.886
Total do ativo.....	219.381	479.276
Passivos		
Fornecedores estrangeiros.....	27.831	26.885
Empréstimos e financiamentos.....	1.337.323	1.957.157
Arrendamentos financeiros a pagar.....	1.680.104	989.518
Outros arrendamentos mercantis a pagar.....	37.407	38.708
Outras obrigações em dólar.....	46.435	38.150
Total do passivo.....	3.163.100	2.650.318
Exposição cambial em R\$.....	2.903.596	2.171.047

Compromissos não registrados no balanço
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional..... 1.943.879 2.498.571
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves..... 16.427.825 18.371.704
Total..... 18.371.704 2.498.571

a) Risco de crédito: O risco de crédito é inerente das atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos bancários. O risco de crédito de "contas a receber" é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da companhia, e também por contas a receber das agências de viagens, vendas parceladas e governamentais, ficando uma pequena parte exposta a risco de pessoas físicas ou demais entidades. Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os instrumentos financeiros são realizados com instrumentos que possuem *rating* mínimo A, na avaliação feita pelas agências S&P e Fitch, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros (bolsa de mercadorias e futuros). Para mitigar o risco de crédito, a Companhia estabelece um limite máximo de 20% por contraparte para as aplicações financeiras. d) **Risco de taxa de juros:** O resultado da Companhia está exposto às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e *Libor*, respectivamente. As taxas de juro estão nas despesas de arrendamento mercantil, indexadas pela *Libor*, e nas dívidas locais. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não detinha operação com instrumentos financeiros derivativos para hedge de taxas de juros. e) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com o tipo de ativos, mercado e gestão dos negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos, CDBs e fundos com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida não deve exceder o prazo médio ponderado do portfólio de investimento. Em 31 de dezembro de 2010, o prazo médio ponderado dos ativos financeiros da Companhia era de 76 dias e do passivo financeiro era de 4 anos. A Companhia utiliza para proteção dos compromissos futuros, divulgados na nota 23, instrumentos financeiros derivativos com bancos de primeira linha para fins de administração de caixa. f) **Serem o risco de capital:** A tabela abaixo demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Patrimônio total.....	2.718.229	2.417.133	437.138
Caixa e equivalentes de caixa.....	(1.726.422)	(1.155.421)	(165.809)
Caixa restrito.....	(34.500)	(22.904)	(22.785)
Aplicações financeiras.....	(63.975)	(79.124)	(193.322)
Empréstimos e financiamentos.....	2.574.702	2.204.027	1.804.671
Dívida líquida (a).....	749.805	943.842	1.422.755
Capital Total (b).....	3.468.034	3.370.975	1.859.893
Taxa de alavancagem (a) / (b).....	22%	28%	76%

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia permanece comprometida a manter o valor de caixa e equivalentes de caixa próximo de 25% da receita líquida dos últimos doze meses, tendo atingido, nesta data, o percentual de 22%. A taxa de alavancagem financeira variou 8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia adota o *Hedge Accounting* e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial e risco de preço do combustível como "*hedge* de fluxo de caixa" (*Cash Flow Hedge*) ou como "*hedge* de valor justo" (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38. Os instrumentos financeiros derivativos contratados são formalmente identificados, classificados e designados por meio de documentação e controle no momento da aquisição. Os instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Conta no balanço	2010	2009
Valor justo dos derivativos (ativo).....	Outros créditos e valores	3.600	1.193
Valor justo dos derivativos (passivo).....	Outras obrigações	-	2.401
Prêmios de opções (ativo).....	Despesas antecipadas	18.841	1.193
Classificação dos instrumentos financeiros derivativos.....	Despesas antecipadas	18.841	1.193

a) **Risco de câmbio:** A Companhia protege a variação de receita ou despesa futura proveniente das operações de taxa de câmbio ou do preço do combustível, e contabiliza as variações efetivas do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do hedge. A Companhia estima a efetividade com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do preço no custo ou despesa protegidos. Os saldos de variações efetivas de valor justo de derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido para resultado no período em que o custo ou despesa objeto do hedge impacta resultado. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o custo operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do exercício. **Hedge de Valor Justo:** No *hedge* de valor justo, a Companhia atribui o resultado da mudança no valor justo de um passivo reconhecido, ou parte dele, que seja atribuído ao risco cambial. As variações do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de valor justo são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado, juntamente com as respectivas variações de valor justo do passivo objeto de *hedge*. A Companhia estima a efetividade com base na proporção entre a variação do valor justo dos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação do valor justo dos passivos protegidos. Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% da variação no valor justo dos passivos protegidos. No caso do *hedge* cambial de valor justo de um passivo financeiro, a variação do valor justo do derivativo é registrada em receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorre. Se o *hedge* é considerado efetivo até o fim do período, o saldo contábil do objeto de *hedge* é ajustado para refletir a variação do seu valor justo causada pelo risco coberto, com contrapartida em receita ou despesa financeira. **Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge*:** A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos de petróleo cru (*WTI - West Texas Intermediate*) para se proteger contra a oscilação do preço de combustível de aeronave. **Hedging de preços do petróleo** têm alta correlação com os preços de combustível de aviação. Os contratos de derivativos para *hedge* de combustível são realizados na *Nymex* e em mercados de balcão (OTC), com as seguintes contrapartes: Barclays, Citibank, Goldman Sachs, Natixis, J.P. Morgan e Morgan Stanley. Em 31 de dezembro de 2010, não há ativos financeiros vinculados a margem de garantia na contratação de instrumentos derivativos de *hedge* de combustível. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de petróleo designados como *hedge* de combustível da Companhia estão sumarizados a seguir (em milhares, exceto quando indicado):

	31/12/10	31/12/09
Saldo final em:		
Valor justo ao final do período (R\$).....	25.540	18.588
Prazo médio (meses).....	5	5
Volume protegido para períodos futuros (mil barris).....	1.838	1.878
Ganhos com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$).....	8.018	2.010